EDP Soluções em Energia S.A.

CNPJ nº 94.788.809/0001-73

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Administração

Balanços Patrimoniais em (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				**PASSIVO**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	196	371	Fornecedores	14	4.047	5.732
Clientes	5	41.944	33.344	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	528	528
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	33		Outros tributos a recolher	6	3.583	2.144
Outros tributos compensáveis	6	2.799	2.145	Outros tributos diferidos	7	2.040	1.501
Estoques	8	2.209	5.601	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	16.675	15.923
Cauções e depósitos vinculados	9	639	958	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	1.823	1.732
Outros créditos	11	3.303	1.360	Outras contas a pagar	11	2.376	1.927
Total do Ativo Circulante		**51.123**	**43.779**	**Total do Passivo Circulante**		**31.072**	**29.487**
Não circulante				**Não circulante**			
Clientes	5	78.581	65.656	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	10.202	7.283
Cauções e depósitos vinculados	9	1.617	632	Outros tributos diferidos	7	2.216	3.088
Outros créditos	11		1.002	Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	17.100	11.550
		80.198	**67.290**	Provisões	17	1.292	997
Imobilizado	12	28.032	21.735	Outras contas a pagar	11	3.983	3.904
Intangível	13	2.657	2.782	**Total do Passivo Não circulante**		**34.793**	**26.822**
		30.689	**24.517**	**Patrimônio Líquido**			
Total do Ativo Não circulante		**110.887**	**91.807**	Capital social	18.1	103.073	84.823
				Prejuízos acumulados		(6.928)	(5.546)
				Total do Patrimônio líquido		**96.145**	**79.277**
Total do Ativo		**162.010**	**135.586**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**162.010**	**135.586**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2020	2019
Receitas	19	**58.804**	**40.708**
Custos	20		
Custo de operação		(14.882)	(15.956)
Custo do serviço prestado a terceiros		(28.977)	(8.403)
		(43.859)	**(24.359)**
Lucro bruto		**14.945**	**16.349**
Despesas e Receitas operacionais	20		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(847)	(2.466)
Despesas gerais e administrativas		(9.245)	(8.547)
Outras despesas e receitas operacionais		132	(43)
		(9.960)	**(11.056)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**4.985**	**5.293**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		60	86
Despesas financeiras		(1.408)	(1.743)
		(1.348)	**(1.657)**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**3.637**	**3.636**
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.100)	(3.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.919)	336
		(5.019)	**(3.120)**
Resultado líquido do exercício		**(1.382)**	**516**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,09532)	0,03559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**(1.382)**	**516**
Resultado abrangente do exercício	**(1.382)**	**516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**70.723**	**(6.062)**	**64.661**
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2019	14.100		14.100
Lucro líquido do exercício		516	516
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**84.823**	**(5.546)**	**79.277**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**84.823**	**(5.546)**	**79.277**
Aumento de capital - AGOE de 22/06/2020	18.250		18.250
Prejuízo do exercício		(1.382)	(1.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**103.073**	**(6.928)**	**96.145**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		3.637	3.636
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		2.586	73
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		847	2.466
Depreciações e amortizações		3.866	3.937
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		752	1.027
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		394	336
Outros		1.180	208
		13.262	**11.683**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Clientes		(22.372)	(19.783)
Outros tributos compensáveis		(3.573)	(417)
Cauções e depósitos vinculados		(651)	(42)
Outros ativos operacionais		2.456	(7.351)
		(24.140)	**(27.593)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(1.685)	1.285
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(90)	(38)
Outros tributos a recolher		1.439	198
Obrigações Sociais e Trabalhistas		91	269
Outros passivos operacionais		685	2.914
		440	**4.628**
Caixa aplicado nas atividades operacionais		**(10.438)**	**(11.282)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.043)	(3.443)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(12.481)**	**(14.725)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(10.893)	(8.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(10.893)**	**(8.727)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		17.100	11.550
Aumento de capital social		6.700	4.800
Captação de empréstimos e financiamentos			15.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(7.158)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(112)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(601)	(481)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	**23.199**	**23.599**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(175)**	**147**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		196	371
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		371	224
		(175)	**147**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	2020	2019
Geração do valor adicionado	**75.422**	**52.488**
Receita operacional	65.886	48.338
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(847)	(2.466)
Receita relativa à construção de ativos próprios	10.254	6.616
Outras receitas	129	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(49.199)**	**(24.150)**
Materiais	(31.051)	(5.656)
Matéria-prima e insumos para produção	(8.429)	(7.990)
Serviços de terceiros	(9.446)	(9.714)
Outros custos operacionais	(273)	(790)
Valor adicionado bruto	**26.223**	**28.338**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.866)	(3.937)
Valor adicionado líquido produzido	**22.357**	**24.401**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	61	92
Valor adicionado total a distribuir	**22.418**	**24.493**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.309	8.102
Benefícios	1.117	1.323
FGTS	413	167
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.463	6.277
Estaduais	4.406	4.078
Municipais	449	1.995
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.408	1.744
Aluguéis	235	291
	23.800	**23.977**
Prejuízo do exercício/ Lucro retido	(1.382)	516
	22.418	**24.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional: A EDP Soluções em Energia S.A. (Companhia ou EDP Soluções) foi constituída em 1992, atuando no mercado de ESCOs (Companhia de Serviços de Conservação de Energia), com sua sede localizada no município de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia está constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado e é controlada integral da EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Controladora ou EDP GRID) desde 7 de dezembro de 2015. A Companhia tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 1° de fevereiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração. **2.2 Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5.3); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1). **2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.6 Redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. **Ativo financeiro:** São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*. Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, concluindo, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia. **2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais *stakeholders*; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1° de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício: 3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus): A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. **3.1.1 Medidas de Assistência Governamental: 3.1.1.1 Portarias nº 139 e nº 245:** As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente. **3.1.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil:** A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua. A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos. Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise. **3.1.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade:** O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas inciativas sociais, como: (i) doação de R$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	196	371
Total	**196**	**371**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, quando aplicável, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5 Clientes

	Circulante									Não circulante		
	Valores Correntes											
	A vencer		Vencida									
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Valores Correntes a Vencer	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Clientes												
Eficiência energética (Nota 5.1)	3.222	23.121	178	1.057	663	3.349	(4.012)	27.578	24.989	26.559	26.559	35.970
Dispêndios a reembolsar (Nota 5.2)	703	6.250						6.953	3.994	23.604	23.604	29.686
Geração de vapor		4.176						4.176	4.361		-	-
Arrendamentos a receber (Nota 5.4)		3.237						3.237	-	28.418	28.418	-
Total	**3.925**	**36.784**	**178**	**1.057**	**663**	**3.349**	**(4.012)**	**41.944**	**33.344**	**78.581**	**78.581**	**65.656**

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

5.1 Eficiência energética: O montante refere-se a serviços de eficiência energética, que tem o objetivo de otimizar a utilização de energia elétrica e evitar desperdício. A variação no exercício, em contrapartida da Receita (Nota 19), é decorrente da evolução na execução de projetos em andamento de clientes cujos contratos iniciaram em 2019.

5.2 Dispêndios a reembolsar: O saldo de dispêndios a reembolsar referem-se aos valores de equipamentos aplicados nos projetos de clientes de eficiência energética, os quais serão reembolsados pelos clientes. O aumento no exercício é em decorrência, principalmente, dos projetos de eficiência energética em andamento, conforme descrito na nota 5.1.

5.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Saldo em 31/12/2019	PECLD esperada Adição	Saldo em 31/12/2020
Clientes	(3.165)	(847)	(4.012)
Total Circulante	**(3.165)**	**(847)**	**(4.012)**

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no *rating* do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.3. **5.4 Arrendamentos a receber:** O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos financeiros, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1° de janeiro de 2019 na Companhia e suas controladas está demonstrado abaixo:

continua...

Ativos de arrendamento	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adições	Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP)	AVP Inicial	Saldo em 31/12/2020
Circulante						
Caldeira de vapor	5.4.1	-	4.852	80	(1.695)	3.237
Total Circulante		-	**4.852**	**80**	**(1.695)**	**3.237**
Não Circulante						
Caldeira de vapor	5.4.1		43.671		(15.253)	28.418
Total Não circulante		-	**43.671**	**-**	**(15.253)**	**28.418**
Total		-	**48.523**	**80**	**(16.948)**	**31.655**

Os vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de recebimentos, descontados a valor presente pelas taxas 8,72% e 7,31%:

Vencimento	Arrendamentos a receber
Circulante	**Valor**
2021	3.157
Juros embutidos	80
Total Circulante	**3.237**
Não Circulante	
2022	3.158
2023	3.158
2024	3.158
2025	3.158
2026	3.158
2027 até 2038	12.630
Total Não Circulante	**28.420**
Total	**31.657**

5.4.1 O montante refere-se a projetos de Centrais de Geração de Vapor movidas a biomassa para dois clientes, cujos contrato efetuados no exercício são da modalidade arrendamento financeiro.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-			33		33
	-	**-**	**-**	**33**	**-**	**33**
Outros tributos compensáveis						
ICMS	596	770		(67)	(588)	711
IRRF sobre aplicações financeiras	14	15			(4)	25
IR/CS retidos sobre faturamento	82	70			(11)	141
Outros	1.453	526			(57)	1.922
Total Circulante	**2.145**	**1.381**	**-**	**(67)**	**(660)**	**2.799**
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	528	2.100		(2.077)	(23)	528
Total Circulante	**528**	**2.100**	**-**	**(2.077)**	**(23)**	**528**
Outros tributos a recolher						
ICMS	865	3.752		(3.103)	(588)	926
PIS e COFINS	531	2.478		(1.336)	(49)	1.624
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	55	396	5	(401)		55
Encargos com pessoal	693	2.642	5	(2.362)		978
Total Circulante	**2.144**	**9.268**	**10**	**(7.202)**	**(637)**	**3.583**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7. Tributos diferidos

		Passivo			
		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros tributos diferidos	7.1				
PIS e COFINS		973	716	1.057	1.473
Imposto sobre serviços		1.067	785	1.159	1.615
		2.040	**1.501**	**2.216**	**3.088**
Imposto de renda e contribuição social	7.2			10.202	7.283
Total		**2.040**	**1.501**	**12.418**	**10.371**

7.1 Outros tributos diferidos: O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas pelo método do insumo (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

7.2 Imposto de renda e contribuição social: São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

	Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Natureza dos créditos	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Diferenças Temporárias				
Reconhecimento de receita	10.202	7.283	(2.919)	336
Total	**10.202**	**7.283**	**(2.919)**	**336**

8 Estoques

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Matéria prima e insumos para produção de vapor		26	35
Estoque de Produtos em Elaboração	8.1	2.176	5.559
Outros		7	7
Total		**2.209**	**5.601**

8.1 Estoque de Produtos em Elaboração: A diminuição do saldo de estoques de produtos em elaboração é decorrente do início da operação de dois projetos Centrais de Geração de Vapor no último trimestre do exercício, às quais estavam em construção no exercício anterior. O saldo da conta no encerramento do exercício de 2020 é referente a um projeto de contrução de Central de Geração de Vapor em andamento na modalidade arrendamento financeiro.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Valor líquido em 31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Valor líquido em 31/12/2020
Depósitos judiciais	17.1	632	7	15		654
Cauções	9.1	958	1.582	36	(974)	1.602
Total		**1.590**	**1.589**	**51**	**(974)**	**2.256**
Circulante		958				639
Não Circulante		632				1.617

9.1 Cauções: Referem-se a depósitos caucionados relacionados à contratos de garantias junto a clientes a serem executados quando do não recebimento dos valores estabelecidos em contrato.

10 Partes relacionadas: Além do contrato de mútuo a pagar para sua controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

			Ativo			Passivo		Resultado	
			Circulante		Não circulante	Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	Duração	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Clientes									
Repasse de serviços de Eficiência Energética									
EDP São Paulo	Controle Comum	04/01/2019 a 31/12/2023	231	43					
			231	**43**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 10.1)									
EDP GRID	Controladora	04/03/2016 a indeterminado				17.100	11.550		
			-	**-**	**-**	**17.100**	**11.550**	**-**	**-**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2020 a 01/01/2022			992	1.271	784	(1.670)	(1.371)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2021				196	1.135	(1.587)	(1.168)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2021				11	25	(257)	(189)
Contrato de reembolso de prêmio de seguro									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	31/03/2019					-	-	33
			-	**-**	**992**	**1.478**	**1.944**	**(3.514)**	**(2.695)**
			231	**43**	**992**	**18.578**	**13.494**	**(3.514)**	**(2.695)**

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, a EDP GRID e a EDP - Energias do Brasil, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas. Foi realizada a renovação a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, as controladas EDP Varejista, EDP GRID e EDP Soluções, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas. **(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil. **(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

10.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.550
AFACs - EDP GRID	23.800
Aumento de Capital social (Nota 18.1)	(18.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.100**

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual. **10.2 Controladora direta:** A controladora direta da Companhia é a EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.. **10.3 Remuneração dos administradores:** A Companhia não apresentou Diretoria Estatutária com remuneração em 2020. Segue abaixo a movimentação do exercício anterior:

	Diretoria Estatutária
	2019
Remuneração (a)	346
Benefícios de curto prazo (b)	16
Benefícios - Previdência Privada	16
Total	**378**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos	11.1	3.076	1.333		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10				992
Despesas pagas antecipadamente		227	27		10
Total		**3.303**	**1.360**	**-**	**1.002**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		367	312		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			1.478	1.944
Arrendamentos e aluguéis	11.2	646	885	1.624	1.079
Adiantamento de Clientes	11.3	1.363	730	881	881
Total		**2.376**	**1.927**	**3.983**	**3.904**

11.1 Adiantamentos: Do saldo total de R$3.076, R$3.045 refere-se a adiantamentos de diversos fornecedores contratados, substancialmente, para a construção e modernização das Centrais de Geração de Vapor, movidas a biomassa. **11.2 Arrendamentos e aluguéis:** Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Circulante								
Edifícios	540	395	(542)	(25)	(151)	178	(5)	390
Veículos	345		(59)	(31)	109	13	(121)	256
	885	**395**	**(601)**	**(56)**	**(42)**	**191**	**(126)**	**646**
Não circulante								
Edifícios	1.055	244		30	151	28		1.508
Veículos	24			182	(109)	19		116
	1.079	**244**	**-**	**212**	**42**	**47**	**-**	**1.624**
Total	**1.964**	**639**	**(601)**	**156**	**-**	**238**	**(126)**	**2.270**

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados. As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2021	376	9,18	253	9,58
Juros embutidos	14		3	
Total	**390**		**256**	
Não Circulante				
2022	446	10,09	106	9,58
2023	406	10,09		
2024	210	10,18		
2025	349	10,18		
Juros embutidos	97		10	
Total	**1.508**		**116**	

11.3 Adiantamentos de Clientes: Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes para execução e garantia de projetos, os quais serão reconhecidos no resultado da Companhia na medida em que incorrerem os custos dos respectivos projetos.

12 Imobilizado: São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	1.440	(832)	608	12,50	1.440	(640)	800
Máquinas e equipamentos	11,39	34.466	(13.405)	21.061	12,25	23.141	(10.681)	12.460
Veículos	10,00	131	(100)	31	10,00	157	(118)	39
Móveis e utensílios	11,61	170	(145)	25	11,61	170	(129)	41
Total do imobilizado em serviço		**36.207**	**(14.482)**	**21.725**		**24.908**	**(11.568)**	**13.340**
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,54	2.303	(857)	1.446	76,86	1.700	(383)	1.317
Veículos	33,33	409	(391)	18	48,83	409	(191)	218
Total Ativos de direito de uso		**2.712**	**(1.248)**	**1.464**		**2.109**	**(574)**	**1.535**
Imobilizado em curso								
Administração		1.621		1.621		991		991
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Edificações, obras civis e benfeitorias		79		79		79		79
Máquinas e equipamentos		3.143		3.143		5.790		5.790
Total do imobilizado em curso		**4.843**	**-**	**4.843**		**6.860**	**-**	**6.860**
Total do imobilizado		**43.762**	**(15.730)**	**28.032**		**33.877**	**(12.142)**	**21.735**

12.1.1 Ativos de direito de uso: Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo: • **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada no Estado do Rio Grande do Sul; e (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado em São Paulo. • **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Transf. para Imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2020
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias		800			(192)			608
Máquinas e equipamentos	12.2.1	12.460		11.326	(2.725)			21.061
Veículos		39			(8)			31
Móveis e utensílios		41			(16)			25
Total do imobilizado em serviço		**13.340**	**-**	**11.326**	**(2.941)**	**-**	**-**	**21.725**
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.317	639	(501)	(9)			1.446
Veículos		218		(200)				18
Total Ativos de direito de uso		**1.535**	**639**	**-**	**(701)**	**(9)**	**-**	**1.464**
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		919	1.303			(745)		1.477
Máquinas e equipamentos		(107)	(898)				103	(902)
A ratear		4	898					902
Outros		171	74			(101)		144
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Edificações, obras civis e benfeitorias		79						79
Máquinas e equipamentos		1.752	8.778	(11.326)			3.939	3.143
Adiantamento a fornecedores	12.2.2	4.042					(4.042)	-
Total do imobilizado em curso		**6.860**	**10.155**	**(11.326)**	**-**	**(846)**	**-**	**4.843**
Total do imobilizado		**21.735**	**10.794**	**-**	**(3.642)**	**(855)**	**-**	**28.032**

12.2.1 Máquinas e equipamentos: A movimentação do exercício refere-se substancialmente a imobilização dos ativos de Central de Geração de Vapor de um cliente cujo contrato foi classificado como arrendamento operacional e foi concluído no exercício. **12.2.2 Adiantamento a fornecedores:** Os ingressos de adiantamento a fornecedores referem-se a antecipação de fornecedores de Central de Geração de Vapor de clientes cujo contrato foi classificado como arrendamento operacional.

13 Intangível: Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do Intangível

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	1.288	(525)	763	20,00	1.287	(301)	986
Total do intangível em serviço		**1.288**	**(525)**	**763**		**1.287**	**(301)**	**986**
Intangível em curso								
Software		1.894		1.894		1.796		1.796
Total do intangível em curso		**1.894**	**-**	**1.894**		**1.796**	**-**	**1.796**
Total do intangível		**3.182**	**(525)**	**2.657**		**3.083**	**(301)**	**2.782**

13.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Transf. para Intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido 31/12/2020
Intangível em serviço					
Software	986		1	(224)	763
Total do intangível em serviço	**986**	**-**	**1**	**(224)**	**763**
Intangível em curso					
Software	1.796	99	(1)		1.894
Total do Intangível em curso	**1.796**	**99**	**(1)**	**-**	**1.894**
Total do Intangível	**2.782**	**99**	**-**	**(224)**	**2.657**

14 Fornecedores: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R$4.047 (R$5.732 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços.

continua...

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2020 Encargos Circulante	31/12/2020 Principal Circulante	31/12/2020 Total	31/12/2019 Encargos Circulante	31/12/2019 Principal Circulante	31/12/2019 Total
Moeda nacional													
EDP GRID	16.100	28/01/2019	15.000	28/01/2019 a 27/01/2021	Contratos de mútuo	100,3% do CDI	Principal e juros com parcela única e final	1.675	15.000	16.675	923	15.000	15.923
Total								**1.675**	**15.000**	**16.675**	**923**	**15.000**	**15.923**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O vencimento do mútuo outrora em 20 de janeiro de 2020 foi postergado o vencimento para 27 de janeiro de 2021.

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2019	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante			
Principal	15.000		15.000
Juros	923	752	1.675
	15.923	**752**	**16.675**

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2021	16.675
Total	**16.675**

16 Obrigações Sociais e Trabalhistas: O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R$1.823 (R$1.732 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

17 Provisões

	Nota	Não circulante 31/12/2020	Não circulante 31/12/2019
Provisões cíveis e trabalhistas	17.1	1.292	997
Total		**1.292**	**997**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Baixas Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020	Ativo Depósito judicial 31/12/2020	Depósito judicial 31/12/2019
Trabalhistas	948	125	(50)	(52)	176	1.147	617	600
Cíveis	1				1	2		
Outros	48	108		(13)		143		
Total Não circulante	**997**	**233**	**(50)**	**(65)**	**177**	**1.292**	**617**	**600**

17.1.1.1 Trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

17.1.2 Risco de perda possível

	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Ativo Depósito judicial 31/12/2019
Trabalhistas		348	59	24
Cíveis	17.1.2.1	9.115	6.431	
Total		**9.463**	**6.490**	**24**

17.1.2.1 Cíveis: A Companhia é parte em três disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2020 de R$9.115 (R$6.431 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente as ações aguardam o início dos trabalhos periciais.

18 Patrimônio líquido: 18.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado, é de R$103.073 (R$84.823 em 31 de dezembro de 2019), composto de 14.499.395 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP GRID. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2020, o aumento do Capital social da Companhia no valor de R$18.250, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da Controladora EDP GRID (Nota 10.1). As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19 Receitas: As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo. A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Vendas à vista e vendas financiadas: A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda à prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato. **Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada:** O reconhecimento da receita está diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes. **Arrendamentos financeiros e operacionais:** Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Nota	2020	2019
Venda de Produtos e Mercadorias			
Produção de Vapor		24.255	22.966
		24.255	**22.966**
Serviços prestados a terceiros			
Eficiência energética	5.1	9.976	25.334
Outros serviços			38
Arrendamento			
Caldeira de Vapor	5.4	31.655	
		41.631	**25.372**
Receita operacional bruta		**65.886**	**48.338**
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
ICMS		(4.353)	(4.005)
PIS/COFINS		(2.319)	(1.644)
ISS		(410)	(1.981)
		(7.082)	**(7.630)**
Receitas		**58.804**	**40.708**

20 Gastos operacionais: Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2020 Custos		Despesas Operacionais			
	Nota	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida		8.429					8.429
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.321	2.257		4.012		9.590
Material	20.2	25	25.364		140		25.529
Serviços de terceiros	20.1	200	1.275		3.659		5.134
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.833			108		2.941
Depreciação - Ativos de direito de uso					701		701
Amortização					224		224
PECLD / perdas líquidas				847			847
Arrendamentos e aluguéis		74			45		119
Outras			81		239	(15)	305
Total		**14.882**	**28.977**	**847**	**9.128**	**(15)**	**53.819**

		2019 Custos		Despesas Operacionais			
	Nota	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida		7.990					7.990
Pessoal e Administradores		4.406	2.122		4.580		11.108
Material		14	978		81		1.073
Serviços de terceiros	20.1	182	4.970		2.582		7.734
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.153			85		3.238
Depreciação - Ativos de direito de uso					574		574
Amortização					125		125
PECLD / perdas líquidas				2.466			2.466
Arrendamentos e aluguéis		64	151		76		291
Outras		147	182		444	43	816
Total		**15.956**	**8.403**	**2.466**	**8.547**	**43**	**35.415**

20.1 Serviços de terceiros

	Nota	2020	2019
Serviços de consultoria		1.471	297
Serviços de publicação e publicidade		165	263
Serviços de telecomunicações		24	45
Serviços de transporte		201	446
Serviços Compartilhados		959	769
Custo do serviço prestado a terceiros	20.1.2	1.275	4.970
Outros		1.039	944
		5.134	**7.734**

20.1.2 Custo do serviço prestado a terceiros: A variação no período é decorrente, substancialmente, da diminuição dos custos referente a projetos de eficiência enérgica (Nota 19) finalizados no decorrer do exercício. **20.2 Material:** A variação no período é decorrente do início da operação de duas Centrais de Geração de Vapor no último trimestre de 2020.

21 Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		46	65
Depósitos judiciais	9	15	27
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1)	(6)
		60	**86**
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(752)	(1.027)
Juros e multa sobre tributos		(10)	(11)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(177)	(147)
Arrendamentos e aluguéis	11.2	(394)	(336)
Outras despesas financeiras		(75)	(222)
		(1.408)	**(1.743)**
Total		**(1.348)**	**(1.657)**

22 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	3.637	3.636
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(1.237)**	**(1.236)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Ajuste lucro presumido	(3.806)	(1.908)
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	**(5.019)**	**(3.120)**
Alíquota efetiva	138%	86%

23 Resultado por ação: O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(1.382)	516
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	14.499	14.499
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**(0,09532)**	**0,03559**

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções. **24.1 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros: Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Nível	Valor justo 31/12/2020	Valor justo 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2020	Valor contábil 31/12/2019
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	4	Nível 2	196	371	196	371
Clientes	5	Nível 2	120.525	99.692	120.525	99.000
Cauções	9	Nível 2	1.602	958	1.602	958
Outros créditos - Partes relacionadas				992		992
Total			**122.323**	**102.013**	**122.323**	**101.321**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado	15					
Fornecedores	14	Nível 2	4.047	5.732	4.047	5.732
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15					
Contratos de mútuo		Nível 2	16.675	15.923	16.675	15.923
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	1.478	1.944	1.478	1.944
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	2.613	1.964	2.270	1.964
Total			**24.813**	**25.563**	**24.470**	**25.563**

24.1.1.1 Ativos financeiros: Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo: • **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. **24.1.1.2 Passivos financeiros:** Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado. Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia. **24.1.2 Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Clientes e Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro: (i) Clientes: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado pela companhia, levando em consideração os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da análise de retorno de investimento WACC. Desta forma, o valor de mercado de um recebível corresponde ao seu valor de recebimento trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito. (ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados. **24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. **24.2 Gestão de riscos:** Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então. O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança. Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias. A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos. No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação. O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado. **24.2.1 Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira. Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima. **24.2.1.1 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

continua...

			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.602	1.602	46	1.602	202	55	112	(53)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**1.602**	**1.602**	**46**	**1.602**	**202**	**55**	**112**	**(53)**
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(16.675)	(16.675)	(22)	(16.675)		(5)	(11)	5
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(16.675)**	**(16.675)**	**(22)**	**(16.675)**	**-**	**(5)**	**(11)**	**5**
		(15.073)	**(15.073)**	**24**	**(15.073)**	**202**	**50**	**101**	**(48)**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 1,8% e 6,0% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 15. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2020 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2020					31/12/2019
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos Financeiros						
Fornecedores	4.047				4.047	5.732
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.478	1.478	1.944
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16.675				16.675	15.923
Arrendamentos e aluguéis	73	144	429	1.624	2.270	1.964
	20.795	**144**	**429**	**3.102**	**24.470**	**25.563**

24.2.3 Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo: **• Clientes:** A Companhia possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco. **• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções:** A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas, quando aplicável, não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **24.2.4 Risco Operacional:** O risco operacional da Companhia tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Companhia. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato. Para tanto, a Companhia, em seus contratos, apresenta cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP - Energias do Brasil. Adicionalmente, a Administração da Companhia possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos. **24.2.5 Gestão de capital:** Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2020	**31/12/2019**
Total dos empréstimos	16.675	15.923
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(196)	(371)
Dívida líquida	**16.479**	**15.552**
Total do Patrimônio Líquido	96.145	79.277
Total do capital	**112.624**	**94.829**
Índice de alavancagem financeira - %	14,63%	16,40%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa: 25.1 Atividades de financiamento: Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	**Saldo em 31/12/2019**	**Efeito caixa**	**Efeito não caixa: Variação monetária e cambial**	**Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente**	**Efeito não caixa: Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2020**
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	15.923				752	16.675
Arrendamentos e aluguéis		1.964	(601)	156	238	513	2.270
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.1	11.550	23.800			(18.250)	17.100
Capital social	18.1	84.823				18.250	103.073
		114.260	**23.199**	**156**	**238**	**1.265**	**139.118**

	Saldo em 31/12/2018	**Efeito caixa**	**Efeito não caixa: Variação monetária e cambial**	**Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente**	**Efeito não caixa: Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.166	7.730	10		1.017	15.923
Arrendamentos e aluguéis	-	(481)	202	134	2.109	1.964
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.300	11.550			(9.300)	11.550
Capital social	70.723	4.800			9.300	84.823
	87.189	**23.599**	**212**	**134**	**3.126**	**114.260**

25.2 Transações não envolvendo caixa: Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	**2019**
Aumento de capital com integralização de AFAC	18.250	9.300
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	513	2.109
Total	**18.763**	**11.409**

26 Compromissos contratuais e Garantias: 26.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2020					31/12/2019
	2021	**2022 a 2023**	**2024 a 2025**	**A partir de 2026**	**Total geral**	**Total geral**
Obrigações de compra Materiais e serviços	13.622	4.937	199	31	18.789	52.685
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	22				22	-
	13.644	**4.937**	**199**	**31**	**18.811**	**52.685**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020					31/12/2019
	2021	**2022 a 2023**	**2024 a 2025**	**A partir de 2026**	**Total geral**	**Total geral**
Obrigações de compra Materiais e serviços	13.161	5.236	249	50	18.696	51.823
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	22				22	-
	13.183	**5.236**	**249**	**50**	**18.718**	**51.823**

27 Cobertura de seguros: A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		**31/12/2019**	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Usinas	11.895	11.895	11.895	11.895
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	3.058	3.058	3.058	3.058
Responsabilidade civil	27.500	27.500	27.500	27.500
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	3.190	(*)	2.709	(*)
Risco de engenharia	42.481	42.481	42.481	42.481

(*) Na Companhia, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452. Já para os colaboradores alocados nas filiais o valor de indenização será de R$20 até o cargo de gestor executivo e de R$100 para diretores.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo: (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R$6.000; e (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R$21.500. A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo: (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000; (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190; (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

28 Eventos subsequentes: O contrato de mútuo descrito na Nota 15 entre a Companhia e sua controladora teve seu prazo de vencimento prorrogado para 26 de janeiro de 2023.

Conselho de Administração

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Presidente

Andre Luis Nunes de Mello Almeida
Conselheiro

Diretoria Estatutária

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Fernando Peixoto Saliba
Diretor

Contabilidade

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RS

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Soluções em Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Soluções em Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Soluções em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstra**ção** do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstra**ção** est**á** conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2